

■ ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

CGU discute avaliação das políticas climáticas em Nova York

1ª Reunião do Comitê Latino-americano de Integridade Empresarial

CGU recebe delegação da Autoridade de Accountability dos Emirados Árabes Unidos

CGU participa de Conferência das Partes sobre o Acordo de Escazú

■ G20 NO BRASIL

1ª Reunião do Grupo Anticorrupção 2024

■ OEA

41ª Reunião da Comissão de Peritos do MESICIC

■ OCDE

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional

47ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa

■ BRICS

1ª Reunião do Grupo Anticorrupção 2024

NOTÍCIAS DA ASCOM

[GT Anticorrupção se reúne com representantes empresariais do B20 Brasil](#)

[CGU debate em Nova York ações governamentais relacionadas às mudanças climáticas](#)

[CGU abre edital para contratação de consultoria para estudo voltado à promoção de integridade pública](#)

[ONU e OCDE lançam guia com medidas estatais para fortalecer a integridade empresarial](#)

[CGU destaca inovação e liderança brasileira durante Semana de Integridade da OCDE em Paris](#)

[CGU e organismos da ONU lançam livro sobre boas práticas regulatórias](#)

[CGU e Governo do RN anunciam Natal como sede da reunião do GTAC de outubro](#)

[Inscrições abertas para o Seminário Internacional de Acesso à Informação](#)

[SIP participa de conferência sobre futuros para governança e gestão pública](#)

G20 NO BRASIL

BRASÍLIA

1ª Reunião do Grupo Anticorrupção 2024

O Brasil atualmente preside o G20, que reúne as 20 maiores economias do mundo. Entre os dias 24 e 26 de março de 2024, ocorreu a Primeira Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (GTAC). O evento contou com a presença de cerca de 150 delegados.

Em seu [discurso de abertura](#), o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius Marques de Carvalho, destacou as três prioridades estabelecidas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o G20: progredir no combate à fome, po-

breza e desigualdade; avançar no desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, social e ambiental, e na transição energética; e não menos importante: reformar a governança global. Destacou que políticas anticorrupção e de promoção da integridade não são um fim em si mesmo e que governos promovem a integridade, previnem e combatem a corrupção para garantir que as instituições sejam capazes de cumprir os seus propósitos e atender às legítimas demandas da sociedade.



Vinicius de Carvalho, ministro da CGU, deu as boas-vindas aos delegados na abertura da reunião



Membros do GTAC durante reunião na sede do Serpro, em Brasília

A CGU, representando o governo brasileiro, é responsável por coordenar as ações do Grupo de Trabalho, que inclui a organização das reuniões do grupo ao longo de 2024. Os encontros seguintes contemplam, em junho, reunião do GTAC em Paris, uma vez que a França é copresidente, auxiliando o Brasil em suas prioridades e ações. Em outubro, haverá a última reunião técnica do grupo em Natal, seguida da Reunião Ministerial Anticorrupção do G20.

A presidência do GTAC é exercida pelo secretário de Integridade Privada, Marcelo Pontes Vianna, que tem por papel a condução das sessões e a negociação dos documentos. A realização das reuniões é um projeto estratégico da CGU, que conta com o engajamento de cinco áreas da Casa (Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, Assessoria Especial de Comunicação Social, Gabinete do Ministro, Secretaria de Integridade Privada e Secretaria de Integridade Pública), além do apoio do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Advocacia-Geral da União e da Casa Civil da Presidência da República.

Nesta primeira reunião, iniciou-se a negociação dos princípios de alto nível dedicados a incentivar a integridade no setor privado, tema prioritário para o Brasil, que teve início com a proposição, negociação e aprovação da resolução da CoSP – UNCAC, ocorrida em Atlanta, em dezembro de 2023, intitulada *Providing incentives for the private sector to adopt integrity measures to prevent and combat corruption*.

Em sessão específica, foi apresentada a prioridade "Contribuir para um mundo justo e um planeta sustentável por meio da promoção da integridade e de mecanismos anticorrupção". A secretária de Integridade Pública da CGU, Izabela Correa, destacou a importância da prioridade, que trata da redução de desigualdades e da promoção da sustentabilidade por meio de políticas e serviços públicos cujos desenho e implementação exigem organizações públicas capazes de cumprir suas missões institucionais e de resistir a pressões ilegítimas. A secretária informou aos delegados sobre os produtos esperados para esse objetivo: a produção de um *background paper* e da declaração ministerial, a ser aprovada pelos ministros em outubro.

A primeira reunião do GTAC também apresentou a proposta de nova metodologia para o Plano de Ação 2025-2027, documento que servirá como guia para a definição das atividades a serem realizadas pelo Grupo no próximo triênio. Outra sessão da programação tratou do relatório de acompanhamento que abordará os avanços obtidos pelos países em relação aos [Princípios de Alto Nível do G20 sobre Organização contra a Corrupção](#), estabelecidos em 2017.

A programação de Brasília também incluiu a realização de dois eventos paralelos sobre recuperação de ativos, que ocorreram no Palácio da Justiça. O primeiro evento paralelo foi organizado pelo

Ministério da Justiça e Segurança Pública e contou com duas sessões, a primeira intitulada "Nova política nacional de recuperação de ativos do Brasil: a relevância da ação coordenada entre órgãos nacionais e internacionais na Recuperação de Ativos", e a segunda "Experiências de políticas nacionais de recuperação de ativos em países da América Latina". O segundo evento paralelo, por sua vez, abordou a recuperação direta de ativos em tribunais estrangeiros. Foi organizado pela Advocacia-Geral da União em conjunto com a Iniciativa StAR (Iniciativa para Recuperação de Ativos), uma parceria entre o Banco Mundial e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).



Parte da delegação brasileira na 1ª Reunião do GTAC

Destaque-se que, além dos países que fazem parte do G20, as reuniões proporcionaram a participação dos organismos internacionais: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Grupo Egmont, Interpol, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e

UNODC, que trouxeram seus pontos de vista relativos às prioridades do GTAC para 2024 e agregaram grande valor às discussões em virtude de suas expertises na seara anticorrupção e temas transversais.

Além das organizações internacionais, e em linha com a diretiva da presidência do

G20 do Brasil, a participação dos grupos de engajamento do G20 (grupos temáticos que reúnem diversos atores sociais), também foi garantida. Em sessão específica, participaram representantes do B20 (empresas), C20 (sociedade civil), SA120 (Tribunais de Contas) e T20 (*Think Tanks*), que falaram sobre as práticas e estratégias adotadas no âmbito da transparência, da integridade e do enfrentamento da corrupção.

A próxima reunião do GTAC ocorrerá na capital francesa de 25 a 27 de junho. Dentre os itens da agenda, estarão as negociações em torno dos princípios de alto nível dedicados a incentivar a integridade no setor privado, a discussão dos temas a serem priorizados para o próximo Plano de Ação do Grupo e a análise da primeira proposta de Declaração Ministerial, a ser submetida para adoção durante a Reunião Ministerial Anticorrupção.

Confira a cobertura da 1ª Reunião do Grupo Anticorrupção 2024

[Presidência brasileira do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 inicia diálogo com sociedade civil](#)

[Brasil discute no G20 pauta anticorrupção aliada ao desenvolvimento social e ambiental](#)

[Brasil apresenta ao Grupo Anticorrupção do G20 plano de trabalho para fortalecer a integridade no setor público](#)

[Brasil propõe avanços na agenda internacional de integridade e combate à corrupção a países do G20](#)

[Discurso do Ministro da CGU na 1ª Reunião do GT Anticorrupção](#)

[Grupo de Trabalho do G20 impulsiona iniciativas anticorrupção no setor privado](#)

[MJSP é sede de evento paralelo do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20](#)

[Em evento do G20, advogado-geral da União destaca importância da cooperação internacional na recuperação de ativos](#)

[ACOMPANHE A CGU NO G20](#)

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

CLIMA

CGU discute avaliação das políticas climáticas em Nova York

Representando a Controladoria-Geral da União, o secretário federal de Controle Interno, Ronald Balbe, participou do evento *ClimateScanner Global Call: Engaging Su-*

preme Audit Institutions in assessing national climate action, realizado pelo Tribunal de Contas da União e pela Divisão de Instituições Públicas e Governo Digital, na

sede das Nações Unidas, em Nova York, nos dias 25 e 26 de março de 2024.

ClimateScanner é uma iniciativa global que visa apoiar as Instituições Superiores de Controle (ISC) a conduzir avaliações independentes das respostas nacionais às mudanças climáticas. A iniciativa foi lançada em 2022, durante encontro da [**Organização Internacional de Instituições Superiores de Controle \(Intosai\)**](#). Já a ferramenta de avaliação foi desenvolvida ao longo de 2023, contando com a participação de auditoras da Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, da Secretaria Federal de Controle Interno.

O evento em Nova York reuniu aproximadamente 150 participantes de diferentes países e deu início à fase de execução da avaliação. O objetivo do encontro foi apresentar a ferramenta, seus diferentes componentes de avaliação e refletir sobre desafios e oportunidades relacionados ao seu uso, além de criar engajamento e adesão à proposta de avaliação das políticas climáticas nacionais.

O *ClimateScanner* permitirá a construção de um panorama global sobre o nível de implementação de mecanismos governamentais para enfrentar a mudança do

clima. Isso trará uma série de benefícios à sociedade, tais como:

- Informações de qualidade para diversos atores, entre os quais as próprias ISC, governos nacionais, organizações internacionais e sociedade civil, entre outros;
- Identificação de forças e desafios nas ações governamentais relacionadas ao clima;
- Identificação de tópicos prioritários para atuação e alocação de recursos;
- Engajamento das ISC e fortalecimento de suas capacidades para que possam melhor desempenhar seu papel na ação global pelo clima;
- Comunicação de resultados relevantes e em linguagem de simples compreensão;
- Formato inovador para as ISC avaliarem ações governamentais, em complemento às auditorias;
- Consolidação de resultados globais em escalas sem precedentes.

Os resultados do *ClimateScanner* serão apresentados ao final de 2024, na 29ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-29).



Participantes do ClimateScanner durante encontro em Nova York

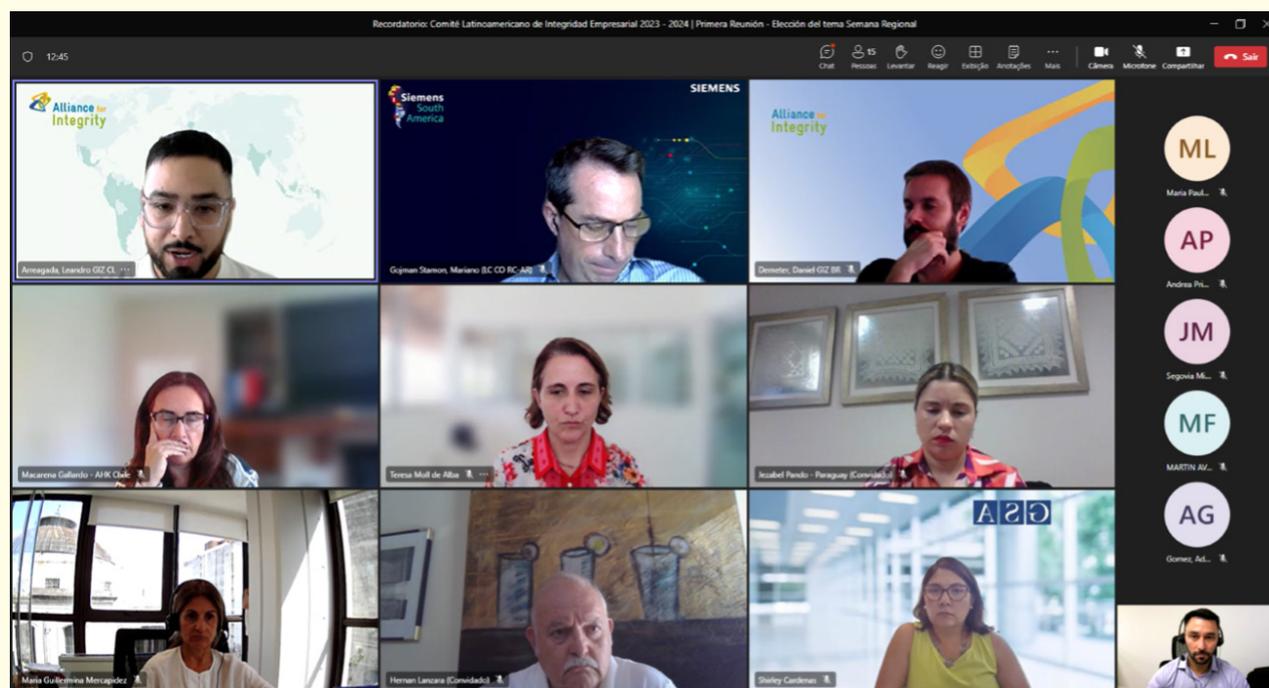
ALLIANCE FOR INTEGRITY

1ª Reunião do Comitê Latino-americano de Integridade Empresarial

No dia 9 de abril de 2024, a Controladoria-Geral da União (CGU), representada pelo coordenador-geral de Avaliação de Integridade, Keyne Taniguchi, participou da 1ª Reunião do Comitê Latino-americano de Integridade Empresarial, no âmbito da Aliança para Integridade (Alliance for Integrity). A reunião teve como objetivo definir o tema central e os subtemas que serão trabalhados na Semana Regional de Integridade Empresarial 2024, que será realizada entre os dias 27 e 29 de agosto de 2024, em Santiago, Chile.

Na oportunidade, o Comitê definiu que o tema central do evento será "Digitalização e o ser humano: desafios na integridade empresarial". O evento se dedicará a explorar como a tecnologia está reconfigurando as dinâmicas empresariais e sociais, enfatizando a importância de se manter a ética e a integridade no centro dessas transformações.

Em sua primeira participação como membro do Comitê, a expectativa é de que a CGU contribua com os trabalhos, compartilhando a experiência de mais de 14 anos no fomento e na promoção da integridade privada.



Registro da reunião virtual do Comitê Latino-americano de Integridade Empresarial

CGU recebe delegação da Autoridade de *Accountability* dos Emirados Árabes Unidos

No dia 29 de abril de 2024, a Controladoria-Geral da União (CGU) recebeu o presidente e a delegação da Autoridade de *Accountability* dos Emirados Árabes Unidos (UAEAA, na sigla em inglês).

A UAEAA é a instituição superior de controle dos Emirados Árabes Unidos, que responde diretamente ao presidente do país. Seu principal objetivo é promover a integridade, a transparência e o *accountability* naquele país. Para tal, a UAEAA desempenha papel fundamental na proteção de recursos públicos, monitorando as atividades financeiras e operacionais das entidades federais.

No contexto da visita, na manhã do dia 29, ocorreu reunião técnica, para possibilitar exposição de boas práticas entre as instituições. Houve apresentações sobre atividades da CGU relativas ao uso de ferramentas de tecnologia da informação na prevenção de fraudes a licitações públicas; investigações e processos de responsabilização de entes privados; e ações de transparência na prevenção da corrupção.

Na parte da tarde, o ministro da CGU, Vinicius Marques de Carvalho, reuniu-se com o presidente da UAEAA, Humaid Obaid Khalifa Obaid Abu Shabas.



Humaid Obaid Khalifa Obaid Abu Shabas, presidente da UAEAA, e Vinicius de Carvalho, ministro da CGU

AS RELAÇÕES BRASIL – EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

A presidência do Brasil no G20 convidou os Emirados Árabes a integrarem todos os grupos de trabalho, forças-tarefa e iniciativas do grupo. Nesse sentido, representantes dos Emirados Árabes compareceram à 1ª Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20, realizada em Brasília de 24 a 26 de março.

Durante a 15ª Cúpula de Chefes de Estado do BRICS em 2023, anunciou-se a entrada de seis novos países ao grupo, dentre os quais os Emirados Árabes. O país tornou-se membro do bloco em janeiro de 2024 e participou da 1ª Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção nos dias 17 e 18 de abril, realizada em Moscou, Rússia.

CGU participa de Conferência das Partes sobre o Acordo de Escazú

A Coordenadora-Geral de Estudos e Entendimentos de Acesso à Informação da Secretaria Nacional de Acesso à Informação (SNAI), Marina Ramos Caetano, representou a CGU como integrante da delegação brasileira na Terceira Conferência das Partes (COP3) do Acordo de Escazú. Realizada na sede da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em Santiago/Chile de 22 a 24 de abril de 2024, a COP3 reuniu cerca de 700 pessoas de forma presencial, incluindo delegações de 15 Estados membros, 9 países observadores, membros das Nações Unidas, organizações internacionais e representantes do público, com destaque para jovens e povos indígenas. Além disso, o evento foi acompanhado virtualmente. A abertura contou com a participação de diversos representantes do governo chileno, incluindo o presidente Gabriel Boric, que enfatizou a importância da ratificação do acordo e a cooperação internacional para enfrentar a crise climática.

A presença da SNAI na COP3 reflete o compromisso da CGU com o desenvolvimento sustentável por meio do acesso à informação e da participação pública em

questões ambientais. Essa participação representou uma oportunidade para destacar a importância da ratificação do Acordo de Escazú pelo Brasil, fortalecendo os dispositivos de transparência, participação e acesso à justiça em assuntos ambientais na América Latina e no Caribe. "Foi uma experiência enriquecedora participar de mesas de debate com representantes de diversos países e membros da sociedade civil. Compartilhamos muitos desafios semelhantes e, por isso, é essencial a cooperação regional para encontrarmos soluções em conjunto", afirmou Marina. Durante o evento, o Brasil teve uma participação ativa nas discussões, ressaltando a relevância do Acordo de Escazú e reafirmando seu compromisso com a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. A presença de membros da sociedade civil brasileira mostrou o interesse da população em ver o acordo sendo oficializado. A participação da SNAI gerou oportunidades para compartilhar experiências positivas e discutir os desafios que os estados membros enfrentam, fortalecendo o papel do Brasil na promoção de uma agenda ambiental global.

O QUE É O ACORDO DE ESCAZÚ?

É um tratado internacional adotado na cidade de Escazú (Costa Rica) em março de 2018. Tem o objetivo de facilitar a divulgação das informações ambientais e ampliar a participação pública na tomada de decisões sobre o tema, além de garantir o acesso à Justiça e a segurança de ativistas. É o primeiro acordo regional ambiental da América Latina e Caribe, sendo também o primeiro tratado em nível mundial que contém dispositivos específicos sobre defensores de direitos humanos em assuntos ambientais. O Acordo de Escazú está aberto aos 33 países localizados na América Latina e no Caribe. Atualmente, 24 países assinaram o Acordo e 16 completaram o processo de ratificação, tornando-se Estados Partes. Saiba mais sobre o Acordo de Escazú no site da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), comissão regional da ONU encarregada de exercer as funções de Secretariado do Acordo.

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

Além das atividades do Grupo Anticorrupção do G20 no Brasil, a CGU marcou presença em outro grande evento no mês de março, a [Semana de Integridade da OCDE](#). O evento abrangeu o Fórum Global Anticorrupção e de Integridade, a reunião do Grupo de Trabalho de Integridade Pública (SPIO), que teve seu nome alterado para Grupo de Trabalho em Integridade Pública e Anticorrupção (WP-PIAC), além de diversos eventos paralelos, como os encontros da Aliança de Auditores; do Central Harmonization Function; da Rede de Integridade Pública da América Latina. Ocorreu, ainda, um painel sobre gênero e corrupção. A Semana reuniu especialistas e autoridades governamentais de diversos países e teve dois grandes focos: o 25º aniversário da Convenção Antissuborno, e a publicação do [Panorama da OCDE sobre Anticorrupção e Integridade 2024](#). Seis servidores da CGU participaram presencialmente do evento em Paris, França, e houve uma participação virtual.

[Acompanhe a cobertura aqui.](#)

Também em Paris, ocorreu a reunião plenária do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional, em março, em

que se destaca a atuação do Brasil como avaliador de México e Peru, além dos resultados da missão técnica à Arábia Saudita. Em abril, a Organização sediou a reunião do Comitê de Governança Corporativa.

A OCDE e a Organização das Nações Unidas (ONU) lançaram um ["Guia de Recursos sobre Medidas Estatais para Fortalecer a Integridade Empresarial"](#), que resulta da Resolução 10/12, proposta pelo Brasil e aprovada na última Conferência dos Estados Partes da Convenção da ONU contra a Corrupção, em dezembro de 2023. [Relembre.](#)

No âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), a Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção (Mesicic) se reuniu em Washington, Estados Unidos, no mês de março. Na ocasião o Brasil apresentou o Relatório de Avanço 2024 quanto à implementação da Convenção da OEA.

Por sua vez, o Grupo Anticorrupção do BRICS se reuniu em meados de abril, em Moscou, Rússia, para debater recuperação de ativos e cooperação internacional.

OCDE

WGB

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou da reunião plenária do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional (Working Group on Bribery - WGB), entre os dias 5 e 8 de março de 2024, na sede da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, França. A delegação brasileira foi composta pelos servidores Julia Lirio e Rafael Luz, além de representantes da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério das Relações Exteriores.

A intensa agenda de trabalho incluiu o trabalho regular de monitoramento da implementação da Convenção pelos países membros, com destaque especial para a participação de representantes do Brasil nas avaliações de México e Peru.

Os avaliadores de Brasil e Eslovênia decidiram solicitar ao governo mexicano a elaboração de um “plano de ação” para endereçar a falta de progresso no cumprimento de recomendações pendentes e na efetiva persecução de novos casos de suborno. No caso do Peru, os examinadores de Brasil e Israel decidiram pela realização de uma missão de alto nível ao país, a fim de apresentar às autoridades peruanas as sérias preocupações do WGB com as reiteradas ameaças à independência do Judiciário e do Ministério Público.

A auditora Julia Lirio participou da apresentação dos resultados da missão técnica do WGB à Arábia Saudita, ocorrida em fevereiro passado. Representantes de Brasil, França, Romênia e do secretariado da OCDE reuniram-se com autoridades sauditas, em Riad, para discutir sobre as reformas necessárias para alinhar a legislação saudita aos requisitos da Convenção Antissuborno da OCDE. O WGB aprovou um plano de ação plurianual de reformas e a manutenção do status de participante daquele país junto ao grupo.

Ocorreu, ainda, a realização do exercício do *Tour de Table*, ocasião em que os países apresentam e discutem casos concretos de suborno transnacional. O Brasil foi instado a prestar informações sobre os efeitos das recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, envolvendo a revisão dos termos de acordos de leniência. A CGU afirmou que segue uma metodologia bem estabelecida de cálculo de multa e que eventual repactuação consensual, baseada nessa metodologia, não é prejudicial. O Brasil deverá reportar, por escrito, durante a próxima plenária de junho, eventuais atualizações sobre o andamento dessas decisões judiciais e dos termos da renegociação dos acordos.

Por fim, Brasil e França, como copresidentes do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20, apresentaram atualizações ao WGB sobre o andamento dos trabalhos do GT, com foco nos preparativos para a realização da primeira reunião técnica. Apresentou-se, em linhas gerais, os tópicos da agenda, as entregas previstas e informações sobre os eventos paralelos sobre recuperação de ativos, organizados pela AGU e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A próxima reunião plenária do WGB está marcada para ocorrer entre os dias 11 e 14 de junho de 2024, na sede da OCDE, em Paris.

GOVERNANÇA

47ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa

Entre os dias 8 e 9 de abril de 2024, a Controladoria-Geral da União (CGU) participou da 47ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, França.

A delegação brasileira foi liderada por representantes da Comissão de Valores Mobiliários e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. O chefe de serviço da Coordenação-Geral de Avaliação de Integridade, Alexandre Krugner Constantino, representou a CGU na ocasião.

A reunião teve como objetivo discutir a atualização da metodologia para avaliação da implementação dos [Princípios de Governança Corporativa do G20/OCDE](#) e dos documentos acessórios.

Dentre os temas discutidos, com implicações para a promoção da integridade privada, destacam-se a importância dos princípios ambientais, sociais e de governança (ESG, da sigla em inglês), a gestão de riscos empresariais, os custos associados à implementação de boas práticas por empresas menores, os impactos do trabalho remoto e a relevância da transparência na relação das empresas com parceiros e outros agentes externos.



Membros do Comitê de Governança Corporativa da OCDE reunidos em Paris

OEA

MESICIC

41ª Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção

No período de 11 a 14 de março de 2024, ocorreu a 41ª Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção (Mesicic), em Washington, Estados Unidos.

A Controladoria-Geral da União (CGU), representada pela servidora Mônica Bulhões, da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, chefiou a delegação brasileira,

integrada pelo Ministério das Relações Exteriores; Advocacia-Geral da União (AGU), Polícia Federal (PF) e Receita Federal do Brasil (RFB). Nessa sessão do Mesicic, foram discutidos os **relatórios da 6ª Rodada de avaliação dos Estados Unidos, da Guiana e da Jamaica**, para os quais a CGU levou as contribuições brasileiras às versões propostas pelos países avaliadores.

A programação também contou com a **Sessão “Identificando os beneficiários finais para prevenir a corrupção”**, ocorrida no dia 13 de março. Destacou-se a apresentação realizada pelo servidor da RFB, Rafael Carvalho, que explicou sobre os tipos de fraudes encontradas na identificação de pessoas físicas no Brasil, uma vez que há uma multiplicidade de documentos (carteira de trabalho, de identidade, CPF, dentre outros). Essa situação resultou no estabelecimento de uma carteira de identidade nacional unificada, que dificultará o cometimento de atos ilícitos nessa seara. Rafael Carvalho trouxe informações sobre a **Instrução normativa RFB nº 2119/2022**, que tem um título novo dedicado aos beneficiários finais, e sobre a publicação mensal do **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, em dados abertos**. Por fim, comentou sobre a **Portaria RFB nº 34/2021** que dispõe sobre o compartilhamento de dados não protegidos por sigilo fiscal com órgãos da Administração e sobre os limites existentes para compartilhamento de dados fiscais de beneficiários finais protegidos por lei, cujas hipóteses para compartilhar são por autorização judicial e via pedidos de autoridade administrativa que objetivem investigar um ilícito administrativo.

A Reunião também contemplou a discussão do **Projeto de Indicadores para Prevenir, Detectar e Combater a Impunidade relativos aos Resultados sobre Proteção de Denunciantes e Testemunhas de Atos de Corrupção**. Nesse item da pauta, para o qual a CGU já trabalhou para que o documento não se restringisse à seara penal e abrangesse as searas administrativa e civil, contou com o apoio da AGU no delineamento dos indicadores. O debate sobre o Projeto ainda continuará na próxima reunião do Mesicic, a ocorrer em setembro de 2024.

Na sessão sobre os **avanços na implementação das recomendações do Mesicic**, Mônica Bulhões realizou a intervenção do Brasil, ressaltando ações desenvolvidas entre março de 2023 e fevereiro de 2024. Destacou que nesse período a CGU lançou: o **Modelo de Maturidade em Integridade Pública**; a Rede Nacional de Promoção de Integridade Privada; e o **Pacto Brasil pela Integridade Empresarial**; pontuou que as ações da RFB incluíram a edição da **Portaria RFB nº 393/2024**, que determina que informações fiscais, financeiras e econômicas passam a ser encaminhadas na instrução das representações para fins penais, propiciando maior agilidade nas apurações), enquanto a PF lançou o canal **“Comunica PF”**, que permite a comunicação on-line de crimes de atribuição investigativa da Polícia Federal, e em conjunto com a CGU, editou a **Portaria Conjunta CGU/PF nº 1/2023**, que cria grupo integrado para enfrentamento de crimes de corrupção.

É importante mencionar que o Brasil iniciou, em março de 2024, a **6ª Rodada de avaliação**, com o recebimento de questionário que indaga sobre o artigo XVI relativo ao sigilo bancário, da Convenção Interamericana contra a Corrupção, e examina o cumprimento das recomendações proferidas ao Brasil no âmbito da **3ª Rodada**, cujos temas são: extradição, suborno transnacional, benefícios tributários e enriquecimento ilícito.

A CGU já está coordenando a elaboração das respostas junto aos órgãos competentes do Brasil, bem como às áreas técnicas da Controladoria. Após o envio das respostas ao Secretariado da Organização dos Estados Americanos, a próxima etapa do processo será a visita *in loco* dos avaliadores do Panamá e da Nicarágua, que deverá ocorrer em setembro de 2024, em Brasília.



Registro da delegação brasileira na 41ª Reunião da Comissão de Peritos do Mesicic

BRICS

MOSCOU

1ª Reunião do Grupo Anticorrupção do BRICS 2024

Entre os dias 17 e 18 de abril de 2024, representantes brasileiros participaram da 1ª Reunião do Grupo Anticorrupção do BRICS de 2024, realizada em Moscou, Rússia. O encontro teve como foco a recuperação de ativos e a melhoria das práticas de cooperação internacional sob a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC).

A delegação brasileira foi composta por representantes do Ministério da Relações Exteriores e pelo servidor da Assessoria

Especial para Assuntos Internacionais, da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Marcelus Rodrigues Nunes, que estiveram presencialmente no evento. Representantes da Advocacia-Geral da União e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) participaram virtualmente.

Durante a reunião, foram discutidas práticas eficazes e desafios na recuperação de ativos, com destaque para a experiência brasileira no rastreamento, apreensão,

confisco e recuperação de ativos virtuais, apresentada pelo MJSP. Além disso, a CGU participou ativamente das discussões sobre capacitação e atividades de sensibilização, assim como a respeito do mecanismo de revisão da UNCAC.

O evento foi parte de uma série de discussões que visam consolidar a visão comum do BRICS sobre recuperação de ativos e definir ações conjuntas nesta área. Os países membros reafirmaram seu compromisso com a implementação eficaz e completa de suas obrigações sob a Convenção, destacando a importância da cooperação técnica e despolitizada entre as autoridades competentes.

A participação do Brasil nesse fórum sublinha o compromisso do país com o fortalecimento das iniciativas globais de combate à corrupção e recuperação de ativos. O próximo encontro do Grupo Anticorrupção do BRICS está previsto para junho, em Viena, oportunidade em que essas discussões terão continuidade.



Os diplomatas Francisco da Rocha Santos e Marcelo Böhlke, e o servidor Vinicius Nunes compuseram a delegação brasileira presencialmente na reunião do BRICS



Participantes da reunião do BRICS em Moscou

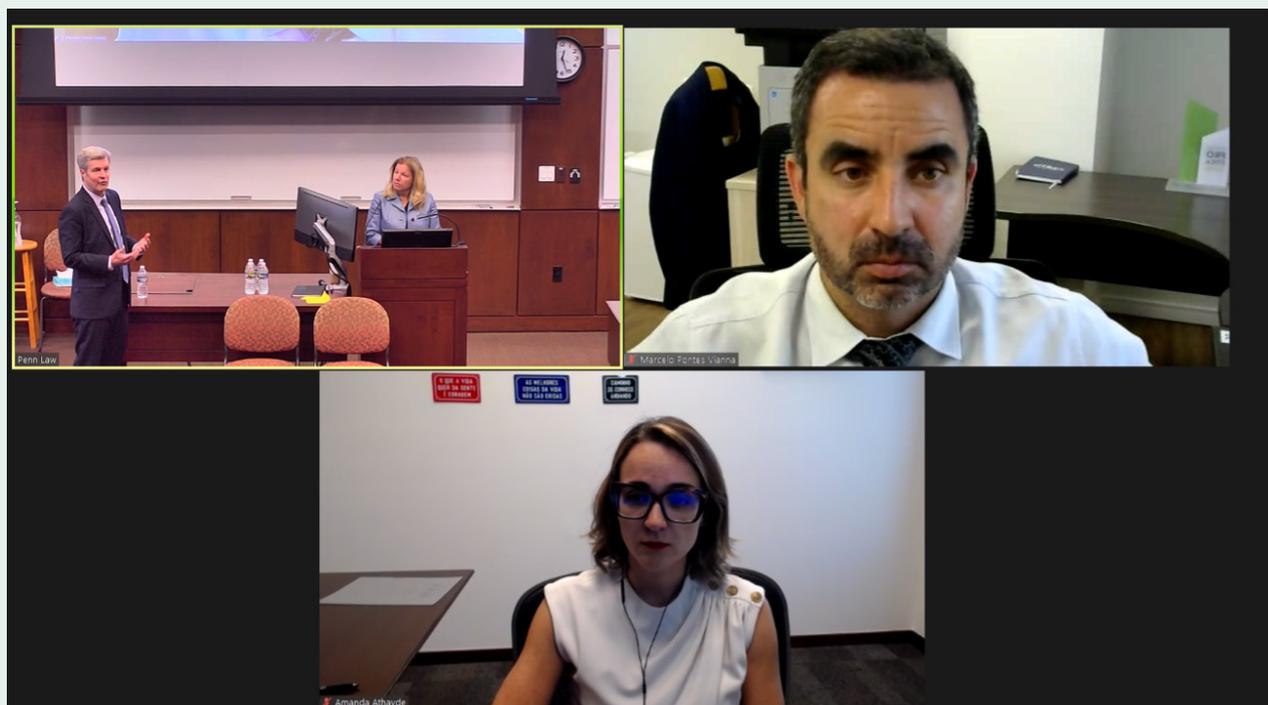
EVENTOS

UNIVERSIDADE

CGU debate acordos de leniência multinacionais

Representando a Controladoria-Geral da União, o secretário de Integridade Privada, Marcelo Pontes Vianna, participou, no dia 18 de abril de 2024, do debate acadêmico “Os desafios para negociação de um acordo de leniência multinacional”, realizado, em formato virtual, pela Universidade da Pensilvânia, dos Estados Unidos.

Também participaram do debate a professora Carrie Cohen, como moderadora, a professora Amanda Athayde e o advogado Joshua Drew. Os palestrantes discutiram os desafios para a negociação de um acordo de leniência multinacional, como os diferentes regimes jurídicos, a necessidade de promover negociações simultâneas e as interações entre autoridades anticorrupção de diferentes países.



Marcelo Pontes e demais painelistas do debate acadêmico sobre acordos de leniência

PARAGUAI

Workshop sobre Ações Coletivas Anticorrupção do Pacto Global

No dia 25 de abril de 2024, representando a Controladoria-Geral da União, o coordenador-geral de Avaliação de Integridade Privada, Keyne Taniguchi Santos, participou do Workshop sobre Ações Coletivas Anticorrupção realizado pelo Pacto Global, em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. O evento, realiza-

do em Montevidéu, Uruguai, contou com a participação de especialistas e autoridades locais para discutir os desafios da construção de uma lei anticorrupção, bem como a importância das ações coletivas anticorrupção.

O coordenador-geral realizou uma apresentação sobre a Lei Anticorrupção brasileira e sobre os programas de fomento "Empresa Pró-Ética" e "Pacto Brasil", além de participar do painel sobre a importância da ação coletiva na regulamentação anticorrupção para empresas. O Uruguai está em fase de elaboração de sua Lei Anticorrupção e a experiência brasileira, tanto na aplicação da Lei 12.846/2013, quanto na realização de ações coletivas, contribuiu para o sucesso do evento.



O coordenador-geral Keyne Taniguchi Santos e participantes do workshop realizado em Montevidéu

CAPACITAÇÃO

MATEMÁTICA

Servidor da CGU participa de evento em Portugal

O servidor Eduardo Werner, lotado na Diretoria de Informações Estratégicas, participou, nos dias 13 e 14 de março de 2024, do CMAT LabsFest, uma iniciativa do Centro de Matemática da Escola de Ciências da Universidade do Minho (CMAT), em Braga, Portugal.

Na oportunidade, cuja programação incluiu a celebração do Dia Internacional da Matemática, o servidor pode acompanhar painéis e seminários, que destacaram pesquisas que vêm sendo realizadas nas áreas de matemática, estatística e ciência de dados. Dentre as atividades acompanhadas pelo servidor, destacam-se os temas: linguagem *python*, matemática no contexto empresarial, modelagem matemática em projetos de inovação e desafios estatísticos em *big data*.